

Câmara aprova mudanças no Novo Ensino Médio

Texto passou em votação simbólica, acompanhada por Camilo Santana no plenário, depois de debate acalorado do ministro com relator Mendonça Filho na noite de segunda-feira, com algumas alterações de última hora

GABRIEL SABÓIA E BRUNO ALFARO
brun@globo.com.br
gabriel@globo.com.br

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem, em votação simbólica, o projeto que muda o Novo Ensino Médio. A redação final foi resultado de um acordo entre o ministro da Educação, Camilo Santana, e o relator da matéria, o deputado Mendonça Filho (União-PE), e agora vai para o Senado. Santana, que na segunda-feira à noite teve uma forte discussão sobre o projeto com o relator no gabinete do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), acompanhou a votação dentro do plenário. Algumas mudanças foram feitas de última hora.

— Houve calor muito intenso no debate, e a discussão foi tensa muitas vezes — reconheceu Mendonça, em discurso ontem no plenário, em uma menção velada ao debate com o ministro na noite de segunda-feira, em que houve até soco na mesa, antes que o parlamentar e Santana pedissem desculpas um ao outro.

CARGAS HORÁRIAS

A principal discordância, e que impediu a votação do texto no fim do ano passado, dizia respeito às cargas horárias estabelecidas inicialmente pelo projeto. Mas com o acordo entre relator e o ministro, a formação geral básica passou a ser de no mínimo 2,4 mil horas para alunos que escolherem o currículo regular, das quatro áreas de conhecimento (Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Sociais). No atual modelo, são no máximo 1,8 mil horas.

No ensino profissionalizante, a formação geral básica terá 2,1 mil horas. Mas as redes estão liberadas para utilizarem até 300 dessas horas de "forma articulada com o curso técnico" nas carreiras que precisem de mil ou 1,2 mil horas de formação. Neste caso, o currículo de disciplinas clássicas, a formação geral básica, cai até 1,8 mil horas.

A formação geral básica é



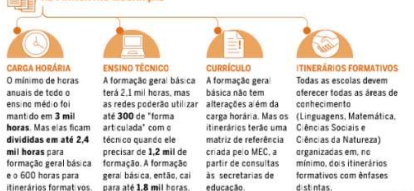
Artistas do soco na mesa. Camilo, Arthur Lira e Mendonça Filho no gabinete do presidente da Câmara: discussão foi acalorada, mas depois houve desculpas

O QUE MUDA E O QUE FICA

COMO É O ATUAL NOVO ENSINO MÉDIO?



AS PRINCIPAIS MUDANÇAS



a parte do currículo com apenas disciplinas clássicas (Português, Matemática, Química, Física, Biologia) que será igual para todos os estudantes. Os itinerários formativos são a par-

te flexível. Em tese, o estudante pode escolher em qual das quatro áreas de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Sociais) ele deseja se aprofun-

dar ou se deseja fazer um curso técnico, o que seria um quinto itinerário. Mendonça Filho também retirou a previsão de contratação de professores de "nó-tório saber", quando não se

referir ao ensino profissionalizante. Outra emenda incluída determinou que a carga horária em qualquer parte do currículo "será ofertada de forma presencial, ressalvadas as exceções previstas em regulamento". Com essa emenda do deputado Pedro Uczai (PT-SC), a educação à distância, prática que tem oposição do MEC, está liberada em casos excepcionais, que incluiriam escolas em localização especial, como comunidades ribeirinhas e outras de difícil acesso.

Outra mudança prevista no texto é um prazo a mudança do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O projeto determina que a prova responsável por selecionar estudantes para o ensino superior será ajustada ao novo formato dessa etapa educacional a partir de 2027, quando o modelo reformulado completará seu primeiro ciclo, com alunos que entraram nele em 2025 se formando em 2027.

O texto, no entanto, ainda não define por quais mudanças o Enem passará. Há a perspectiva que ele seja definido com um dia de prova para avaliar a formação geral básica e outro para medir o conhecimento dos estudantes do itinerário escolhido.

A mudança do Novo Ensino Médio era vista como uma urgência pelo MEC, parlamentares e secretários de

educação. A aprovação ainda em março possibilita que, se for aprovado no Senado ainda no primeiro semestre, já tenha efeitos no ano letivo de 2025. O tema também estava impedindo que outras questões importantes fossem tratadas no Congresso, como a discussão do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

ENSINO TÉCNICO

Apesar da aprovação, houve embates entre opositores ao governo e deputados do PSOL na sessão de análise do texto. Professor de História, além de deputado, Tarcísio Motta (PSOL-RJ) criticou as 1,8 mil horas destinadas ao ensino técnico.

— Criar dois ensinos médios distintos, com cargas diferentes, e relegar ao ensino técnico 1,8 mil horas é um retrocesso, uma volta ao passado e um convite à precarização. É necessário refletir sobre cada um desses pontos que terão impactos sociais à frente, na formação desses profissionais.

Alice Portugal (PCdoB-BA) também criticou a carga horária destinada ao ensino técnico.

— Houve, sim, vitórias neste texto. Porém, o ensino técnico não teve sorte. Queremos aplaudir o aumento do número de técnicos do Brasil, mas não queremos apertadores de botões. Queremos técnicos competentes. O notório saber (para o ensino técnico) também precisa ser retirado deste projeto. Salas de aulas são lugares para professores, profissionais com formação, e não apenas com dom — afirmou.

Mendonça Filho lembrou que os secretários estaduais de educação foram ouvidos para que o texto final fosse alinhado.

— São os grandes responsáveis pelo ensino médio. Eles concordaram com as cargas horárias. O projeto contempla o ensino técnico com uma área de saber que requer o ensino básico, mas necessita ter campo e espaço para atuação laboratorial, por isso tem regras diferentes — afirmou.

CCJ reduz proteção a áreas verdes que não tenham floresta

Projeto da bancada ruralista vai para Senado sob crítica de ambientalistas

EDUARDO GONÇALVES
eduardo.goncalves@brasil.org.br

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 38 votos a 18, um projeto de lei que reduz a proteção ambiental em "áreas não florestais", como campos nativos na Mata Atlântica, no Pantanal, no Cerrado e na Caatinga. De autoria da bancada ruralista, a medida prevê que esse terreno pode ser explorado, contanto que tenha sido usado até julho de 2008. Segundo o texto aprovado, isso valerá também para áreas de preservação permanente e de reserva legal

(mantidas em propriedades rurais privadas).

Como está em regime terminativo, o projeto não precisa passar pelo plenário e irá direto para o Senado. O autor e relator do texto, deputado Alceu Moreira (MDB-RS) e Lucas Redeker (PSDB-RS), afirmam que a medida visa regularizar imóveis rurais nos campos de altitudes da Mata Atlântica, que ficam nos pontos mais elevados de montanhas e serras, livrando seus donos de multas e embargos ambientais.

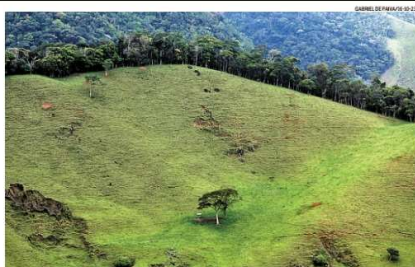
No entanto, ambientalistas alertam que o projeto libera o desmatamento em to-

dos os biomas com vegetação nativa que não forme uma floresta, ao considerá-los "áreas rurais consolidadas".

— O impacto é abissal em biomas predominantemente não florestais, como Pantanal, Cerrado, Caatinga e Pampa, mas também afeta enormes áreas não florestais na Amazônia e na Mata Atlântica — alertou o advogado Maurício Guet-tal, do Instituto Socioambiental (ISA).

'CONVERTER EM PASTAGEM'

Redeker, na sessão de ontem, defendeu que o projeto beneficia não só a agricultura, mas trará "mais recur-



Regularização com risco. Campo em morro de reg. Bc de Mata Atlântica em Macaé; projeto autoriza exploração

sos" aos governos federal e dos estados. — Quem tem preocupação em manter os biomas em ordem é o próprio produtor rural — defendeu o deputado. — Não estamos tratando de desmatamento,

mas de campos. Temos que dar condições para que o produtor rural possa converter aquela área em pastagem, em plantio de soja.

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), que se posicionou contra o projeto, av-

sou que vai recorrer à Câmara para que a medida seja levada ao plenário da Casa. — É preciso resgatar o direito dos agricultores desde que não ofenda o meio ambiente — criticou o parlamentar.